



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA A COR DA CULTURA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA
EDUCAÇÃO INFANTIL

MARIZETE RODRIGUES DA SILVA

COMPARTILHANDO VIVÊNCIAS: ENTRE PRÁTICAS RACISTAS,
NATURALIZAÇÃO E COMBATE AO RACISMO

GUARABIRA- PB

2015

MARIZETE RODRIGUES DA SILVA

**COMPARTILHANDO VIVÊNCIAS: ENTRE PRÁTICAS RACISTAS,
NATURALIZAÇÃO E COMBATE AO RACISMO**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Especialização Educação Étnico-Racial na Educação Infantil da Universidade Estadual de Paraíba – Centro de Humanidades em cumprimento às exigências para obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Prof^a. Dra. Ivonildes da Silva Fonseca

GUARABIRA- PB

2015

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

S586c Silva, Marizete Rodrigues da

Compartilhando vivências: entre práticas racistas,
naturalização e combate ao racismo / Marizete Rodrigues da
Silva. – Guarabira: UEPB, 2015.
40 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em
Educação Étnico Racial na Educação Infantil EAD)
Universidade Estadual da Paraíba.
Orientação: Prof^ª. Ivonildes da Silva Fonseca.

1. Racismo. 2. Escola. 3. Educação Étnico-racial. I.
Título.

22.ed. CDD 320.56

MARIZETE RODRIGUES DA SILVA

**COMPARTILHANDO VIVÊNCIAS: ENTRE PRÁTICAS RACISTAS,
NATURALIZAÇÃO E COMBATE AO RACISMO**

Aprovado em 14/11/15

BANCA EXAMINADORA

Ivonildes da Silva Fonseca

Profª Dra. Ivonildes da Silva Fonseca
(Orientadora)

Mônica de Fátima Guedes de Oliveira

Profª Ms. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira

Paula Maria Fernandes da Silva

Profª Ms. Paula Maria Fernandes da Silva

GUARABIRA – PB

2015

AGRADECIMENTOS

O período que vivenciei em uma instituição escolar em município paraibano me possibilitou construir vínculos afetivos e aprendizagens necessárias para o meu crescimento pessoal, intelectual e social. Durante essa trajetória tive a oportunidade de conviver com educadores, educadoras e colegas que contribuíram para minha formação.

Agradeço especialmente à minha família: meu esposo Valdemir Felix e meus três filhos: Vadécio, Valdiane e Maria da Penha, pelo apoio e a força que me deram na minha trajetória educacional. Do mesmo modo agradeço à minha professora e orientadora Ivonildes da Silva Fonseca que tanto me ajudou durante todo o curso e também na construção deste trabalho.

Gostaria de agradecer também a todos os professores e professoras que participaram da execução do Curso de Especialização) dando tudo de si para concretização dessa iniciativa. Nessa mesma corrente agradeço o pessoal do Programa A COR DA CULTURA pela parceria e o apoio fundamental para que esse projeto se tornasse possível.

Agradeço também a todos/as colegas de sala pelo respeito, carinho e compreensão na dinâmica do ensino-aprendizagem na sala de aula.

A...

Deus que me deu saúde, perseverança e conhecimento para concluir este trabalho a fim de contribuir na nossa profissão de educadores e educadoras para uma sociedade mais justa e igualitária.

Eu gosto de ser gente precisamente por causa da minha
responsabilidade ética e política em face do mundo e dos
outros. Não posso ser se os outros não são; sobretudo do
não posso ser se proíbo que os outros sejam.

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho teve com principal objetivo verificar se havia práticas racistas no cotidiano de uma escola municipal no Estado Paraibano, e, em existindo, verificar que ações afirmativas estão sendo realizadas para combater essa prática. Desse modo com a finalidade de conhecer a relação das professoras, do gestor e demais funcionários com os alunos, bem como compreender o conceito de racismo a partir da contribuição de alguns autores/as, foram aplicados 06 questionários contendo questões objetivas sobre o conhecimento da lei 10.639/03, a atuação do gestor na escola e a prática das professoras na sala de aula. A natureza da pesquisa foi bibliográfica e na metodologia optamos pela histórico-cultural. Portanto, concluiu-se que para combater o racismo na escola será necessário realizar um trabalho coletivo e participativo envolvendo a comunidade escolar, família e poder público. De igual importância nota-se a necessidade de formação continuada, à luz da Lei 10.639/03, aos professores/as e gestor/a. Assim procedendo teremos uma educação voltada aos interesses das crianças, sobretudo das que sofrem o racismo.

Palavras-chave: Racismo. Escola. Professores/as. Educação. Étnico-racial. Paraíba. Lei 10.639/03

ABSTRACT

This study aimed to verify if there was racist practices in the daily life of a municipal school in Paraíba State, and there, finds that affirmative action being taken to combat this practice. Thus in order to know the relationship of the teachers, the manager and other staff with students and understand the concept of racism from the contribution of some authors / as were applied 06 questionnaires containing objective questions on knowledge of the law 10.639 /03, the manager's performance at school and the practice of the teachers in the room aula. A nature of the research was literature and methodology opted for the historical-cultural. Therefore, it was concluded that to combat racism at school you must run a collective and participatory work involving the school community, family and government Equally important is noted the need for continuing education in the light of Law 10,639 / 03, the teachers / and the manager / a. In doing so we will have an education to the interests of children, particularly those who suffer racism.

Keywords: Racism. School. Teachers/and. Education. Ethnic-racial. Paraíba. Law 10.639/03

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1. RACISMO: UMA PRÁTICA ENRAIZADA NO CONVÍVIO SOCIAL	11
2. O RACISMO NO COTIDIANO ESCOLAR E A LEI 10.639/03	14
2.1 Sala de aula: Espaço de convivência e aprendizagens.....	16
2.2 O discurso racista inserido no livro didático.....	18
2.3 As ações racistas na dinâmica das brincadeiras.....	21
3. BREVE HISTÓRICO NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03	24
4. CONHECENDO A ATUAÇÃO DO GESTOR E DAS PROFESSORAS NAS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERENCIAS	38

ANEXOS

Anexo I- Lei 10.639/03

Anexo II- Modelo de questionário-Gestão

ANEXO III- Modelo de Questionário-Docentes

INTRODUÇÃO

Durante um longo período o Brasil vivenciou uma política educacional excludente voltada totalmente a população não negra, só mais tarde o negro teve acesso a educação, no entanto essa educação era pautada numa visão de desvalorização aos negros e aos índios. Através da educação o negro e o índio passaram por um longo processo de aculturação, sendo introduzida uma cultura que não era sua, no entanto sendo proibido de vivenciar a sua própria cultura.

Por muito tempo o processo de ensino aprendizagem oferecido aos afrodescendentes foi marcado por um discurso discriminatório, preconceituoso e racista. Só a partir da década de 1970, através dos movimentos sociais, dentre eles o Movimento Negro, que empenhado em corrigir essas desigualdades e praticas discriminatórias contra a raça negra e outros grupos sociais excluídos, é que várias mudanças começaram a surgir.

Assim, nos avanços legais temos a Lei 10.639/03 que alterou a Lei 9.394 de 1996, e agora então modificada pela Lei 11.645 de 10 de março de 2008, torna obrigatório a escola quer seja pública ou privada incluir em seu currículo conteúdos sobre o estudo da história da África, dos povos africanos e dos indígenas.

Todavia, apesar da Lei 11.645/08, a maioria das pessoas que estudam e desenvolvem pesquisas no Brasil têm a Lei 10.639/03 como referência de ação por entenderem que as questões referentes aos povos negros africanos e brasileiros necessitam dessa especificidade.

Com a lei 10.639/03, fica explicito que as questões étnico-raciais não devem ser trabalhadas apenas nas datas comemorativas, embora notifique no Art. 79-B que: “O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’.”

É fundamental que a escola aborde em sala de aula as questões étnico raciais durante todo ano letivo, dessa forma a escola estará cumprindo a legislação, bem como informando aos educandos que todas as culturas são importantes assim merecem ser abordadas, respeitadas e valorizadas na escola. No entanto observamos a partir de diversos trabalhos e da nossa pesquisa que os professores (as) ainda não estão preparados para trabalhar com segurança o que sugere a legislação brasileira Lei (10.639/03), pois muitos professores (as) afirmaram não ter conhecimento da lei tampouco lhes foi oferecido quaisquer formação a cerca da referida lei e no que referem-se às questões étnico raciais.

No entanto observamos que é um desafio para o/a professor/a trabalhar algo que ainda não tem total conhecimento, por outro lado, ele não pode ficar neutro diante dessa realidade,

pois a lei está na escola e para o bem comum de todas as etnias presentes no âmbito escolar, assim deve ser cumprida. O/a professor/a é o mediador entre o conhecimento e o educando, visto que é através da sua prática educativa que concretiza-se a dinâmica do” ensinar e aprender,” e que esse aprender seja pautado numa visão de respeito e valorização a todas as etnias.

Diante dos fatos mencionados temos como objetivo conhecer a realidade do universo escolar, com o intuito de verificar como está sendo trabalhado a questões étnico-raciais na escola, bem com saber a opinião do gestor e das professoras frente o combate ao racismo, e do mesmo modo saber quais ações afirmativas estão sendo tomadas para combater essa pratica.

Desse modo realizamos nossa pesquisa em uma escola do ensino fundamental localizada na zona urbana da rede municipal em um município paraibano. Nessa escola encontram-se matriculados 145 alunos com faixa etária de seis aos doze anos estudando nos turnos manhã e tarde do primeiro ao quinto ano; no turno noite alunos da Educação de Jovens e Adultos – EJA do sexto ao nono ano na faixa etária de dezesseis aos cinquenta anos. A quantidade de alunos negros e não negros o gestor não soube informar, pois esses dados nunca foram levantados. Apesar de o Gestor não possuir dados étnicos da população estudantil a escola tem no seu Projeto Pedagógico, as questões étnico-raciais.

Para a realização desta pesquisa utilizamos as técnicas de observação e questionário. O questionário foi aplicado no dia 8 de junho de 2015 a cinco/a professor/aas e ao Gestor da escola; os professores trabalham nos turnos manhã e tarde lecionando do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental I. Para a coleta dos dados foi elaborado um questionário com perguntas baseadas nos conhecimentos relacionados à cultura afro-brasileira e a realidade da escola referente às práticas racistas e ao combate as mesmas.

Vale ressaltar que a recepção à pesquisa ocorreu de forma satisfatória e ao chegarmos fomos bem recebidas pelo gestor e após explicar do que se tratava, apresentamos o questionário e o mesmo pontificou-se a respondê-lo. No entanto observamos uma certa preocupação ao ler as questões, o que é compreensível, para que não houvesse comprometimento da imagem da escola.

1. RACISMO: UMA PRÁTICA ENRAIZADA NO CONVÍVIO SOCIAL

De acordo com a Lei 10.639/2003, é dever da escola promover o ensino da História da África e dos afrodescendentes a todos os educandos. Nesse contexto, a escola deve proporcionar meios que contribuam para a conscientização de toda comunidade escolar, ou seja, docentes, discentes e demais funcionários da escola sobre a importância ao respeito mútuo. De acordo com a Constituição de 1988 em seu Art. 5º:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes. (BRASIL. CONSTITUIÇÃO, 1988)

Como mostra a Constituição, somos diferentes na igualdade, ou seja, temos características físicas, ideias, pensamentos e sentimentos diferentes uns dos outros e essas diferenças devem ser respeitadas e valorizadas. Assim, a escola é o espaço ímpar para que essas diferenças sejam valorizadas e respeitadas cada um em sua individualidade abordando temas que contribua para combater o racismo ainda presente nas salas de aula e em todos os espaços educativos dentro da escola.

Partindo desse princípio, decidimos fazer uma investigação sobre a existência de práticas racistas, seja na sala de aula ou em outros espaços da escola e verificar que medidas estão sendo tomadas para combater essas práticas que trazem consequências físicas, comportamentais e intelectuais às pessoas, no caso os estudantes.

Para melhor compreendermos a ação racista presente no âmbito escolar e em todo convívio social é fundamental conhecermos alguns conceitos de racismo na visão de alguns autores. Desse modo iremos apresentar esses conceitos e assim compreendermos como a sociedade e a escola vivência as práticas racistas e de exclusão no seu cotidiano.

[...] o racismo manifesta-se por meio de disposições legais ou regulamentais e por práticas discriminatórias, assim como por meio de crenças e atos antissociais; que impede o desenvolvimento de suas vítimas, perverte quem o pratica, divide as nações internamente, constitui um obstáculo para cooperação internacional e cria tensões políticas entre os povos; é contrário aos princípios fundamentais do direito internacional e, por conseguinte, perturba seriamente a paz e segurança internacionais. (UNESCO, 1978 apud BRASIL. SEPPPIR, 2011,p.5).

Nesse sentido, estamos diante de uma prática que prejudica o desenvolvimento do país e conseqüentemente de toda população brasileira, visto que o racismo está enraizado no meio

social como uma erva daninha impedindo o crescimento pessoal, intelectual, econômico e social da população negra, gerando diversos conflitos e lutas por uma sociedade mais justa e igualitária, visto que a população negra está presente em todos os espaços de país contribuindo para o desenvolvimento do mesmo. No entanto muitas vezes vêm seus direitos desrespeitados por aqueles que poderiam contribuir para sua ascensão na sociedade.

Conforme Sant'Ana, (2005, p. 42) o racismo não surgiu de uma hora para outra, ele é fruto de um longo processo de amadurecimento tendo como objetivo utilizar a mão de obra barata por meio da exploração da população negra, através dessa exploração a população branca construía suas riquezas e seu poder sobre os negros que permaneciam cada vez mais oprimido sem vez e sem voz no convívio social.. Desse modo o ser humano tem uma dificuldade de conviver harmoniosamente com seus pares, usam o poder econômico para oprimir e excluir os seus semelhantes, agindo como um ser superior. Criando a ilusão de que nasceu para mandar e os outros para obedecer, assim a classe tida como superior (não negros) oprimem, excluem e rejeitam os afro descendentes em seu convívio social.

Assim, podemos definir o racismo como uma pratica preconceituosa e discriminatória contra um grupo racial, de forma que superioriza um grupo racial e inferioriza outro. Essa pratica racista que um grupo social exerce sobre outro (negro) gera muitos conflitos e malefícios a população negra. Sabemos que não é de hoje que os afros descendentes no Brasil são tratados com desigualdade em todos os campos da a sociedade quer seja no setor publico ou privado a população não negra é beneficiada enquanto o negro é tratado com indiferença e desrespeito .

No Brasil, varias pesquisas tem se voltado a descrever e interpretar as desigualdades no plano simbólico ou discursivo. Os discursos no geral negam a existência de discriminação racial e procura disfarçá-la, buscam reiterar os ideários da democracia racial e da fabula das três raças, reafirmando estereótipos racistas, grande parte às vezes de forma indireta. Em geral tratamento discriminatório não é direto, mais implícito (SILVA, 2008, p. 95)

Segundo Gomes (1997), o racismo é toda prática de repressão, interiorização e desvalorização dos valores culturais e morais de um povo “negro“ por meio de ações e atitudes que provocam desigualdade entre as pessoas no convívio social. Partindo dessa afirmativa vale ressaltar a importância da escola, para desconstruir os valores discriminatório construído e perpassados por várias gerações no decorrer do tempo, por meios de atividades que contribuam para reparar essas desigualdades sociais, iniciando esse processo de transformação na sala de aula com a contribuição do/a professor/a/a no seu fazer pedagógico e

consequentemente expandindo no meio social através das aprendizagens do/a aluno/a que provavelmente irá usar esses conhecimentos na relação com os outros.

2. O RACISMO NO COTIDIANO ESCOLAR E A LEI 10.639/03

Antes de entrarmos no universo da escola vale ressaltar que o material desse capítulo, são as observações e análise da auto afirmação das professoras e do gestor, bem como as leituras das obras de diversos autores como pode ser vista na bibliografia no final do trabalho.

Desse modo abordaremos as vivências da criança no cotidiano escolar, na sala de aula e neste a relação/a professor/a/aluno, aluno/aluno, os conteúdos trabalhados, o livro didático trabalhado em sala, e as brincadeiras na hora do recreio em outros espaços da escola, bem como o processo de elaboração da Lei 10.639/03.

Ao falarmos sobre o racismo no espaço escolar é importante frisar que quando a criança chega à escola, já traz consigo uma vivência advinda do meio em que ela está inserida quer seja no convívio com as pessoas, família, vizinhos, amigos, etc, ou através dos meios de comunicações como: televisão, revistas, rádios e outros, ou seja, à criança já entra na escola com o seu conhecimento prévio adquirido nas relações com o meio social. Desse modo cabe a escola mais precisamente o/a professor/a, conscientizar as crianças mostrando que tais valores vivenciados na escola não são corretos e é por meio da educação que a criança desconstruirá esses valores negativos e construirá valores positivos em relação aos afrodescendentes. Conforme Gomes:

A educação é um processo constitutivo da humanidade, por isso está presente em toda e qualquer sociedade, e que a escolarização, especificamente, é um dos recortes desse processo educativo mais amplo. Tanto nesse âmbito mais geral quanto na educação escolar realizamos aprendizagens de naturezas mais diversas e construímos diferentes representações e valores. É nesse processo marcado pela interação contínua entre ser humano e o meio que construímos o nosso conhecimento. Sendo assim, tanto o desenvolvimento biológico quanto o domínio das práticas culturais existente no nosso meio são imprescindíveis para a realização do acontecer humano. Este, enquanto um a experiência que atravessa toda a sociedade e toda cultura não se caracteriza somente pela unidade do gênero humano, mas, sobretudo, pela riqueza da sua diversidade. Diversidade de costume, raças/etnias, de comportamentos, de expressões, de gestos, de cultura, de crenças... E essa diversidade manifesta-se na escola. (GOMES, 1997, p. 27)

Desse modo a escola é um espaço importantíssimo a ser inseridas práticas de desconstrução da cultura racista, por meio de iniciativas e ações que valorize às questões étnica raciais. Assim o/a professor/a tem um papel importantíssimo nas ações de combate ao racismo, visto que o gestor é responsável pela escola e o/a professor/a pela sua sala de aula como já foi frisado em outro capítulo desse trabalho, não basta intervir quando acontecem

ações racistas entre as crianças ou outros membros da comunidade escolar é necessário que abordem essa temática através de projeto que envolva toda comunidade escolar, pais, crianças, professores e demais funcionários da escola.

Dessa forma todos irão conhecer a proposta da escola e em particular do/a professor/a, pois quando se conhece algo, torna-se mais fácil de valorizar e respeitar.

Sabemos que o papel da escola não é introduzir culturas, mais trabalhar mostrando o respeito á diversidade, assim favorece a compreensão da criança na auto aceitação de sua cultura, seus costumes e sua identidade. Segundo Martins; Munhoz (2007), a escola é o local da coletividade, no qual o conhecimento é colocado não só para finalidades gerais, mas também individuais. Nela a cotidianidade deveria ser vivida de forma mais problematizada principalmente em relação às diferenças presentes em seu espaço.

No entanto observamos que, mesmo a escola tendo a responsabilidade de formar cidadãos e cidadãs de direitos iguais é um desafio para os professores trabalharem as questões étnico-raciais, visto que da letra da Lei para a prática envolvendo a formação da/o/a professor/aa/ar é preciso ter empenho da gestão do Estado ou do Município. Portanto, para que a Lei 10.639/03 seja de fato efetivada na escola é fundamental que o/a professor/a tenha um certo conhecimento acerca da lei e dos conteúdos recomendados por esta (História da África e dos africanos e Cultura Afro-Brasileira).

Vale salientar que os cursos de formação que abordam a temática étnico-racial ainda são poucos e não vem atendendo a demanda dos professores que procuram suprir as suas carências desse conhecimento. Dessa forma fica difícil para o/a professor/a realizar a missão de combater o racismo na escola, visto que a luta à luz dessa questão não é de uma ou duas pessoas, mas de toda comunidade escolar, sobretudo o/a professor/a que atua ativamente na sala de aula, convivendo diretamente com a criança.

Assim o/a professor/a age como um fio condutor ligando escola, aluno e família e a sociedade como um todo e para que essa relação se consolide , torna-se indispensável que haja envolvimento não só do/da professor/a, mas também dos demais profissionais da educação, para que trabalhem em parceria tendo em vista uma educação voltada para a convivência saudável /feliz de todas as crianças negras e não negras. Como ratifica Moreira:

A formação dos professores e dos demais profissionais da educação para que compreenda esse processo de reprodução do racismo em espaço escolar passem a ser protagonista na construção de uma escola racialmente inclusiva. A formação de uma pedagogia inter-étnica e multicultural busca a desconstrução dos valores eurocêtricos de supremacia, que inclua os

valores mais significativos presentes nas tradições, na cultura e na história dos povos indígenas e negros do país. (MOREIRA, 2003, p. 22)

Assim a formação dos professores, professoras e dos demais profissionais da educação é de grande importância para a desconstrução da cultura racista na escola, bem como a construção de valores como: respeito, união, solidariedade e outros que contribuam para a convivência em harmonia no universo da escola e promova uma educação mais igualitária atendendo os interesses de todas as etnias.

2.1 SALA DE AULA: ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA E APRENDIZAGENS

A sala de aula é o lugar onde a criança passa boa parte do tempo, e muitas vezes não é um espaço acolhedor, confortável, e atrativo. A organização dos móveis na maioria das salas é quase sempre com as carteiras enfileiradas, onde todas as crianças devem ficar sentadas. Há também uma mesa no canto da sala bem próximo ao quadro que é a mesa do/a professor/a quase sempre mantém certa distância dos alunos, e é nesse local (por ficar perto do quadro) que o/a professor/a passa a maior parte do tempo e muitas vezes nem chega perto da criança, sobretudo daquela criança mais tímida que quase sempre fica distante da mesa do/a professor/a por vergonha ou por se sentir excluída pelos colegas ou pelo/a professor/a.

Logo no início do ano letivo o/a professor/a dita as regras que o/a aluno/a deverá cumprir (obedecer) para que não seja punido/a de alguma forma. Observando esses aspectos percebemos que a sala de aula acaba sendo um espaço de dominação e discriminação na relação/a professor/a/aluno e conseqüentemente na relação aluno/aluno, visto que a criança reproduz o que vivencia no meio com seus pares.

[...] podemos dizer que nesse espaço, dia após dia, ano após ano, como veremos, o racismo é dominação que será aprendida e exercida! Na sala e mais, na escola aprendemos cotidianamente, às custas de muito exercícios de repetição, de embotamento da criatividade, de assujeitamento (submissão), de quem é o “melhor” o mais desenvolvido, o à imagem e semelhança de Deus, a matriz étnica (racial e cultural) mais avançada, evoluída, uma única possível, por ser a melhor maneira, e não a única, de ver, sentir, entender o mundo.(TRINDADE, 1994, p. 71)

Desse modo a escola e, conseqüentemente, a sala de aula que deveria ser um espaço de acolhimento, respeito e valorização acaba sendo o local de reprodução das práticas racistas, e o/a professor/a quer seja por desconhecimento e ou por insensibilidade torna-se um reprodutor das práticas do racismo na sala de aula, visto que o mesmo age de forma discriminatória, e

racista com seus alunos e o pior é que muitas vezes não se dá conta do discurso racista que se naturaliza dentro do espaço escolar.

O que é ensinado é alienado a vida no cotidiano das pessoas, por ser eurocêntrico torna-se práticas racistas, entretanto não significa que o/a professor/a queira ser racista, ao contrário nenhum admite tal coisa, apesar de ter consciência do caráter racista de sua prática profissional (TRINDADE, 1994, p. 68).

Dessa forma, a escola acaba reproduzindo atitudes racistas, valorizando algumas culturas e desvalorizando outros. Um exemplo bem visível é a questão da religiosidade, a escola dá mais ênfase as religiões católicas e evangélicas por ter, aparentemente, uma quantidade maior de aluno que praticam essas religiões. No entanto, as religiões de matriz africana muitas vezes nem são abordadas em sala de aula, comprometendo e privando as crianças em aprender outras culturas, desrespeitando seu direito à diversidade. Sabemos que a liberdade de escolha quer seja os costumes, ideologias, religiões dentre outros é um direito de todo cidadão e cidadã. Assim, a criança tem direito as escolhas religiosas não por terem escolhido para ela, mas sim por sentirem-se parte da mesma.

Nesse sentido é dever do/a professor/a promover momentos que dê oportunidade da criança aprender ideologias e conceitos de diversas religiões, porque é importante para a criança conhecer a diversidade de religiões que existem, e também por fazerem parte de sua cultura. Desse modo, as crianças irão adquirir a capacidade de respeitar e valorizar não só a sua religião, mas também a de seus colegas como aponta a Declaração dos Direitos Humanos em seu Artigo 18°.

Toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos.

Assim, a escola tem uma importante contribuição para tornar possível a efetivação de leis que venham garantir no espaço escolar os direitos dos educandos. É importante frisar que as religiões de matrizes africanas vêm contribuir não apenas para a permanência da cultura religiosa de um povo, mas também ratificar as contribuições de um patrimônio sócio cultural de uma nação. No entanto, o que vemos são ações discriminadas com quem as pratica, de modo que eles ficam com receio de vivenciá-la no convívio social, muitas vezes acaba participando de outras religiões socialmente, mas às escondidas acabam praticam as religiões

de seus antepassados que são as de matrizes africanas como: o Candomblé e Umbanda e as de tradições indígenas como é a Jurema.

Se pensarmos no espaço escolar, as experiências cotidianas, os preconceitos (dês valores) e os valores estariam compondo a essência (humana) das crianças negras, porém como nas sociedades os únicos valores considerados válidos são os da parcela branca da população, acabamos nos constituído em um povo que não vivência e não pode vivenciar sua essência por completo. (MARTINS; MUNHOZ, 2007, p. 18)

Assim a história, as experiências e a cultura dos afrodescendentes são comprometidas prejudicando sua vida individual e social, visto que seu passado, presente e futuro não são vivenciados por completo. Passado, porque sua história acaba se perdendo no decorrer do tempo; presente porque a criança é privada de vivenciar sua história e futuro porque se a criança não aprende a valorizar a história de seu povo e conseqüentemente a sua, não haverá história a ser contada e perpassada de geração a geração. Desse modo se toda pessoa tem a liberdade de escolha então por que a escola prioriza as outras religiões? Sabemos que isso é a pratica do racismo no universo escolar e o pior é que é reproduzido por profissionais que deveriam lutar contra essa prática, no entanto preferem continuar com o discurso da prática do branqueamento.

2.2 O DISCURSO RACISTA INSERIDO NO LIVRO DIDÁTICO

Outro ponto onde podemos observar o discurso racista no espaço escolar e mais precisamente na sala de aula são os livros didáticos e o paradidático trabalhado na maioria das escolas. O livro didático e paradidático são ferramentas importantes no cotidiano escolar, no entanto ele pode contribuir para o sucesso ou o fracasso dos educandos, porque muitos livros utilizados nas escolas trazem textos que reforçam o racismo.

Geralmente os conteúdos inseridos nos livros didáticos abordam o grupo racial não negro como uma raça superior, evidenciando de forma valorativa as características das pessoas não negras, enquanto o negro e o índio são abordados como uma gente inferior. Aos povos negros são lançadas uma visão que os vê como naturalmente inferiores, herdeiros da cultura escravista; os indígenas são apontados como um povo “primitivo”, povo que não evoluiu e, atribuem a isto a razão para não estarem incluídos na sociedade contemporânea.

Podemos constatar tais afirmações ao lermos os livros disponíveis nas escolas pública ou privada, dos quais destacamos, os clássicos da literatura infantil como: A bela adormecida, A bela e a fera, A princesa e o sapo, Branca de neve. Essa última obra logo no início da história apresenta, no nosso entendimento, um texto com expressões que reforçam o racismo.: “Branca de Neve era uma princesinha de cabelos negros, pele branca como a neve e lábios vermelhos”.(MARQUES, 2013, p. 01). Neste trecho a autora evidencia de forma valorativa as características do branco dando a entender que a personagem era muito bela por ser branca.

Assim, interrogamos, será que se ela fosse uma personagem negra também não seria bela? Outra parte racista é quando a autora relata que a madrasta de Branca de Neve transformou-se em uma velha vendedora de frutas para envenenar a jovem, não só o termo “velha,” como também a gravura da personagem é totalmente racista, pois a gravura da personagem “velha” parece mais uma bruxa do que uma senhora idosa boazinha como ela quer mostrar. (MARQUES, 2013, p.06)

Vale abordar também as histórias de Monteiro Lobato de modo especial “Viagem no céu: Tia Nastácia”. Nessa história o autor escreveu alguns trechos muito racistas dentre eles podemos citar:

Enquanto conversavam, tia Nastácia, sempre à distância.
-Ah santo tia Nastácia é a rainha das bobas. Veio conosco enganada.
Cheirou o pirlimpimpim pensando que era rapé.
- Venha boba! Animou Emília”.(LOBATO, 1986, p 30.)

Nesses trechos o autor passa uma imagem de tia Nastácia como uma pessoa sem noção das coisas, sem personalidade, ou seja “abestalhada” e que até uma boneca era mais esperta do que ela.Do mesmo modo no livro “As caçadas de Pedrinho”, encontramos outras expressões: - "Tia Nastácia, esquecida dos seus numerosos reumatismos, trepou que nem uma macaca de carvão", (LOBATO, 1933, p.39). "Não é à toa que os macacos se parecem tanto com os homens. Só dizem bobagens". “Não vai escapar ninguém — nem Tia Nastácia, que tem carne preta” (LOBATO, 1933, p.26)

Diante desse discurso, observamos que o autor se esconde através da figura de uma boneca para reproduzir seu discurso racista a fim de, naturalizar as palavras através de “brincadeiras” de mau gosto.

A instituição escolar, no relacionamento aluno/aluno e professor/aluno, reproduz o esquema estrutural das relações entre brancos e negros existentes na sociedade brasileira que, como se sabe, é uma relação conflituosa e desigual. Nesse ponto, longe de ser corretiva, a escola estimula a reprodução deste sistema não igualitário. Além de se encontrar a difusão da imagem distorcida do negro, em suas relações humanas quotidianas, destacam-se

estereótipos nos livros didáticos e paradidáticos, na literatura infantil de caráter fabulativo, etc. (SOUZA, 2005, p. 207)

Nesse sentido o livro didático deve ser bem selecionado, não se deve escolher o livro pela capa, mais sim pelo conteúdo inserido nele, visto que existem muitos livros bonitos por fora, de autores/as socialmente bem famosos/as mais com conteúdos extremamente racistas. Assim, a escola mais precisamente o/a professor/a deve estar atento ao escolher livros que tragam uma proposta crítica frente ao racismo para que a escola contribua com o desenvolvimento pessoal, intelectual e social dos/as educandos/as.

Ao lermos os livros de literatura infantil e infanto-juvenil, observamos que, em sua maioria, evidenciam as pessoas não negras, como uma gente superior, sempre os personagens importantes como os príncipes e princesas são personagens brancas, cabelos lisos e olhos azuis. Entretanto os personagens negros quase não aparecem nas histórias.

No livro de história geral ou do Brasil que enfocam o período escravista no Brasil, o não negro é abordado como o salvador da pátria e o negro sempre como escravo, observamos que não é mostrado o trabalho, as lutas e as conquistas dos afrodescendentes tampouco sua participação na construção e desenvolvimento do país.

No entanto os autores (Figueira, 1989; Rego, 1981, Bonazzi; Eco, 1980, Negrão; Pinto, 1990; Silva, 1988) que abordam o racismo na escola, apontam para a mudança da postura do/a professor/a em relação à escolha do livro e nesse sentido sabemos que já há uma variedade de livros e textos que trazem a temática étnico racial. Dentre eles podemos citar: Lila e o segredo da chuva, de “David conway e Jude Daly”, Uloma: A casa da beleza e outros contos de” Sunny”, Betina de” Nilma Lino Gomes”, O menino Nito de “Sonia Rosa”. Todos contam a vivência, os costumes a crença e a relação interpessoal dos povos africanos e dos afrodescendentes.

Portanto, cabe à escola e particularmente ao/a professor/a utilizar livros que valorizem não só as vivências da população não negra, como também o povo afrodescendente, visto que alunos e alunas tem o direito de aprender tais valores. E a escola deve estar preparada para atender as necessidades dos educandos das diversas etnias, proporcionando livros com textos que contenham valores capazes de desenvolver a consciência crítica de todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem da escola.

2.3 AS AÇÕES RACISTAS NA DINÂMICA DAS BRINCADEIRAS

Outro ponto que aponta a vivência do racismo na escola são as brincadeiras quer seja na sala de aula ou no pátio na hora do recreio, dirigidas pelo/a professor/a ou brincadeiras livres escolhidas pelas crianças, em sua maioria estão introduzidos os discursos racistas às vezes de forma sutil e muitas vezes bem explícitas.

Sabemos que o brincar é uma atividade fascinante no cotidiano da criança quer seja nas brincadeiras de faz de conta, de dramatizações como projeção ao mundo dos adultos, quer seja o brincar através de palavras, músicas ou com jogos. Todas as formas de brincar contribuem para o desenvolvimento cognitivo e social da criança e sendo assim, as brincadeiras preconceituosas que são direcionadas aos indivíduos rotulados como “crianças”, as ferem profundamente, principalmente por serem sujeitos sociais e históricos, marcados pelas contradições da sociedade em que estão inseridos.

Toda criança vive agitada em intenso processo de desenvolvimento corporal e mental. Nesse desenvolvimento se expressa a própria natureza da evolução e esta exige a cada instante uma nova função e a exploração de novas habilidades, ao entrarem em ação, impelem a criança a buscar um tipo de atividade que lhe permita manifestar-se de forma mais completa. (ANTUNES, 2012. p. 37).

Conforme a autora, é de grande importância criar condições favoráveis para que a criança possa realizar suas brincadeiras, pois o brincar é uma atividade inerente à natureza da criança, assim da mesma forma que a criança sente necessidade de alimentar-se necessita também realizar suas brincadeiras. O/A professor/a deve ficar atento às falas e atitudes das crianças na relação com seus colegas no ato das brincadeiras, pois mesmo que não intencionalmente, a criança exclui alguns colegas por os acharem inferiores a ela, visto que ao chegar à escola a criança já tem absorvido do meio social, práticas racistas, discriminatórias e preconceituosas. Dessa forma, ela é capaz de reproduzi-las com facilidade na relação com seus pares.

No entanto, muitas vezes além do/a professor/a não perceber ou não dar importância às exclusões ou xingamentos das crianças na relação com as outras, ele mesmo proporciona algumas brincadeiras que em sua mensagem traz um discurso racista. Podemos perceber isso em algumas brincadeiras de roda muito vivenciadas na escola, dentre algumas, apresentaremos: “Lixo, lixo, lixo”

-Lixo, lixo, lixo é de carrapicho joga fulano (cita o nome de uma criança) na lata do lixo.”

Quando é colocado todas as crianças na lata do lixo que é dentro da roda, canta para tirá-las do lixo: “se eu fosse um peixinho soubesse nadar tirava fulano (nome da criança) do fundo do mar.(Domínio Público)

Essa outra é uma parlenda e também é muito vivenciada na sala de aula pelas crianças em suas brincadeiras:

Barra manteiga
- Barra manteiga
Na fuça da nega
Eu vou tirar esta aqui. (TRINDADE,2013p.82)

Analisando as brincadeiras tão presentes na escola, observamos a importância das mesmas serem vivenciadas, quer seja livres na rua ou no espaço escolar por todas as crianças e conseqüentemente pelo/a professor/a, visto que as brincadeiras proporcionam momentos de alegria e prazer, assim é impossível uma criança ser feliz se essa atividade não estiver presente em sua vida. Do mesmo modo é muito prazeroso para os adultos observarem as crianças vivenciando essa atividade, pois nesse momento vem à tona toda lembrança de sua infância lembrando as músicas, correrias, risadas, gritos e outros,ou seja por um instante ele revive a magia do brincar, como menciona a autora:

Lembrar para se religar à criança que está dentro de nós, guardada no coração, a criança que ainda somos. Avivar nossa memória, puxar seu fio para que, quem sabe, possamos perceber, no nosso corpo, o valor, a importância dos brinquedos e das brincadeiras para nós e, conseqüentemente, para nossas crianças, as crianças sob nossa responsabilidade de educadoras e educadores. (TRINDADE, 2004, p.144)

No entanto é importante lembrar que ao longo de nossa história nem todas as crianças estiveram presentes na roda, muitas crianças por muito tempo foram privadas de vivenciar as brincadeiras, cujas lembranças são relativas a sua vivencia nos engenhos de cana de açúcar a senzala, aos guetos aos lugares escondidos. Assim é importante que sejam corrigidas tais injustiças. Promovendo brincadeiras que incluam todas as crianças, bem como respeitem as diferenças físicas, econômicas e sociais de cada uma. Conforme Trindade:

Desnaturalizar a concepção de criança escrava, como algo quase biológico, fechado, etiquetado, e olhá-las como crianças que foram, sim, escravizadas ontem, e hoje parece-me fundamental. Fundamental para desnaturalizar o lugar de subalternidade, de marginalidade, de exclusão ao qual tentam colar, aprisionar nossas crianças. Fundamental para reafirmar o compromisso e o

débito social de garantir-lhes sua infância, seu direito de brincar, de sorrir, de ter orgulho da sua memória e do seu povo. (TRINDADE, 2004, p.145)

Nesse sentido, é fundamental que o/a professor/a adote uma postura reflexiva a fim de construir o processo de ensino-aprendizagem, pautado no respeito às diferenças, e na igualdade de direitos, possibilitando o combate as práticas racistas e discriminatórias tão presentes nas brincadeiras. Conforme Trindade (2004), o/a professor/a deve agir como construtor e não reprodutor do próprio processo de aprendizagem, possibilitando a compreensão entre construir o conhecimento e reproduzir conhecimento, repetir história e construir historia, dessa forma ele estará contribuindo para uma educação voltada à promoção da cidadania de todas as crianças (negras e não negras).

Desse modo cabe à escola e ao/a professor/a promover atividades que incluam todas as crianças quer seja na sala de aula ou em outros espaços da escola. Dessa forma, ambos estarão contribuindo para a efetivação da legislação brasileira e para o bem social, pessoal e intelectual da criança negra, visto que ela é o foco principal de toda comunidade escolar, assim deve ser tratada com respeito e igualdade em quaisquer espaço da escola.

3. BREVE HISTÓRICO NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03

A construção histórica do nosso país foi e ainda é marcada por diversas lutas e embates entre brancos e negros, os brancos com medo de perder seu espaço confortável adquirido por meio da força e um longo período de opressão e escravização da população negra, e a luta dos negros é por uma sociedade mais justa e igualitária, que considere toda sua luta, seu trabalho, sua participação na construção histórica, cultural, econômica e social do país, bem como reparar as injustiças cometidas no decorrer de toda história do Brasil.

No que diz respeito à política educacional do Brasil, a população negra durante muito tempo foi prejudicada. No Brasil Império, o direito à educação era restrito a apenas uma parte da população brasileira e (os que não estavam na condição de escravizados). Assim, por muito tempo nesse período da História do Brasil, os negros não tiveram acesso à escola. No ano de 1878 esse direito foi conquistado, mas só no turno noturno e muitas dificuldades eram colocadas com a finalidade de impedir o ingresso do negro na escola, se o direito a educação era negado, tampouco podiam vivenciar sua história, sua cultura seus costumes, suas crenças e religiões. Essas situações são descritas conforme:

O Decreto n 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, estabelecia que nas escolas públicas do país não seriam admitidos escravos, e a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade de professores.

O Decreto n 7.031-A de 6 de setembro de 1878 estabelecia que os negros só podiam estudar no período noturno e diversas estratégias foram traçadas no sentido de impedir o acesso pleno dessa população aos bancos escolares. (BRASIL, MEC 2004, p.7)

Assim, podemos constatar a existência de impedimentos para que o negro pudesse gozar do direito ao acesso à educação, essa negação perdurou por muito tempo, e quando finalmente o negro teve seu direito conquistado, o modelo educacional oferecido tinha um caráter opressor e discriminatório, só a partir da década de 1970 é que as coisas começaram mudar, por meio de muitos questionamentos, reflexões e discussões de vários grupos sociais dentre eles o movimento negro que levou o Estado brasileiro a repensar sobre a disparidade existente entre negros e não negros. Conforme Rodrigues:

Esse compromisso da educação com a homologação cultural a partir de uma matriz eurocêntrica passou a ser questionada com mais veemência, a partir da década de 1970, por ativistas do movimento negro e alguns pesquisadores, em sua maioria envolvidos com esse movimento que, ao reconhecerem na educação, principalmente por meio dos conteúdos

escolares e os estereótipos contidos neles, um projeto de branqueamento pautado na universalização dos pressupostos e termos de uma única cultura, denunciaram esse modelo educacional, que teria servido como um espaço/instrumento de apagamento da minoria coletiva, da história, da cultura e da identidade dos alunos afrodescendentes. (RODRIGUES, 2006, p.117)

Nesse sentido é através de muito embate por parte dos grupos sociais que, empenhados em reparar essas injustiças, organizaram-se vencendo desafios e derrubando barreiras na luta por uma política educacional mais justa e igualitária e, só assim o negro teve o direito ao acesso à educação. No entanto durante muito tempo a escola reforçou o racismo, por meio de seu discurso, via livros didáticos, conteúdos dentre outros.

Nesse contexto, a criança negra sofreu e ainda sofre muitas humilhações no espaço escolar devido a cor da sua pele, seus cabelos crespos ou cacheados, formato do nariz, lábios e outras características físicas naturais ao negro. No entanto, as Diretrizes Curriculares adverte:

Combater o racismo, lutar pelo fim da desigualdade social e racial, reeducar às relações étnico- raciais não é um papel exclusivo da escola, no entanto as discriminações, as desigualdades decorrentes da sociedade perpassam o espaço escolar, desse modo cabe a mesma promover ações democráticas para produção e divulgação de conhecimentos voltados a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária. (BRASIL. Lei 9394/ 1996, p.501).

Nesse sentido a escola como uma instituição social deve fazer um trabalho coletivo e democrático no combate ao racismo, visto que as demandas presentes em seu espaço são de etnias diversas, assim suas culturas, seus costumes e religiões devem ser valorizadas e resgatadas de modo que todos os envolvidos possam conhecer e respeitar sua história e as dos demais inseridos no espaço escolar. Dessa forma, a escola estará contribuindo para formar cidadãos/cidadãs críticos/as e conscientes de seus direitos e deveres, bem como compreender a importância do respeito às diferenças. Contudo é necessário que a escola realize um trabalho organizado e planejado como apontam Programa de Inclusão social organizado pela Fundação de Apoio Faculdade de Educação (USP) e publicado pelo Ministério da Educação.

Para que a escola e seus professores possam obter êxito não devem improvisar, mas desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos. Isso não pode ficar reduzido a palavras e a raciocínios desvinculados da experiência de ser inferiorizados vivida pelos negros, tampouco das baixas classificações que lhe são atribuídas nas escalas de desigualdades sociais, econômicas, educativas e políticas. (BRASIL. MEC,2007, p.37)

Desse modo a escola tem a missão de desconstruir valores negativos, construídos e perpassados de geração a geração. E em contra partida construir valores que venham contribuir para promoção dos afro-brasileiros na educação, no trabalho e no convívio social. No entanto a escola só, não consegue resolver todas as questões econômicas, educacionais e sociais dos educandos (negros e não negros).

Dentre outras incumbências está inserida o dever dos Estados e do Distrito Federal em assegurar o Ensino Fundamental, e oferecer com prioridade o Ensino Médio a todos os educandos que procurar as unidades de ensino, bem como ao Distrito Federal e Municípios oferecer a Educação Infantil em Creches e Pré Escolas, tendo como prioridade o Ensino Fundamental. Assim a LDB, no seu inciso iv do seu artigo 9, atribui à União juntamente com os Estados o Distrito Federal e os Municípios estabelecer competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos de forma que assegure a formação básica comum. (BRASIL, Lei 9394,1996, p. 7)

Do mesmo modo no ano de 1997, foi criado os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) composto por 10 volumes dentre eles um que aborda os Temas Transversais: pluralidade cultural. Na sua elaboração contou com a participação de especialistas em educação, o mesmo foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação. Os PCNs foram muito divulgados nacionalmente, suas propostas foram bastante debatidas pelas organizações constituídas por negros e outros aliados comprometidos com a causa do enfrentamento ao racismo no universo escolar. Na época houve um empenho por parte do MEC e demais interessados nessas questões no sentido de tornar viável o acesso dos PCNs á todos os professores e professoras, desse modo foi enviado pelos correios os 10 volumes diretamente para os professores (as) como também para as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação de cada município com a finalidade de que se algum professor (a) não tivesse recebido, a secretaria os entregaria. Para que o/a professor/a (a) tivesse conhecimento das propostas dos PCNs, foi oferecido formação continuada nos municípios, com a finalidade de que fossem trabalhadas em sala de aula as temáticas abordadas neles, sobretudo os temas transversais que aborda a temática como: sexualidade e diversidade cultural, dessa forma o/a professor/a(a) transformaria sua prática educativa no fazer pedagógico da escola. (PCNs1997, p.28 a35)

Visando a promoção da população negra no âmbito social, visto ser um povo muito injustiçado, o Governo Federal, na pessoa do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, eleito pelo voto da sociedade brasileira empenhou-se em reparar as disparidades entre não

negros e negros reconhecendo que era necessário o Estado intervir positivamente assumindo o compromisso de acabar com as desigualdades raciais, assim no dia 9 de janeiro, de 2003 o mesmo sancionou a Lei 10.639/03 que alterou a Lei 9.394/1996 a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e estabelece as Diretrizes Curriculares para implementação da mesma, bem como a obrigatoriedade do ensino da história da África e dos africanos no currículo escolar do ensino fundamental e médio. Por meio dessa resolução será trabalhado e resgatado a história do negro, bem como sua contribuição no processo de formação, construção e desenvolvimento do país.

Foi criada também no dia 21 de março de 2003, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Seppir cuja função era cuidar para ser colocado na agenda nacional a questão racial, bem como lutar para serem adotadas políticas públicas afirmativas que promovam a igualdade e o bem estar da população negra, tendo em vista uma sociedade mais justa, democrática, participativa e igualitária. No entanto para o cumprimento de sua missão que é combater as práticas racistas, promover a igualdade de oportunidades entre os vários grupos étnicos é de grande importância trabalhar em parceria com as demais secretarias e os diversos movimentos sociais visando o cumprimento da legislação brasileira, bem como o reconhecimento e valorização de políticas afirmativas aos afrodescendentes. (BRASIL, Seppir, 2011). Nesse mesmo sentido as Diretrizes Curriculares nas questões étnico raciais afirma:

Reconhecimento implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõe a população brasileira. E isto requer mudança nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras. Requer também que se conheça a sua história e cultura apresentadas, explicadas, buscando-se especificamente desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira; mito este que difunde a crença de que, se os negros não atingem os mesmos patamares que os não negros, é por falta de competência ou de interesse, desconsiderando as desigualdades seculares que a estrutura social hierárquica cria com prejuízo para os negros. (Brasil, Lei de Diretrizes e Bases, 1996, p. 499)

Como meio de garantir as ações afirmativas o MEC, (Ministério da Educação e Cultura), no ano de 2004, criou a Secretaria de Educação Continuada de Alfabetização e Diversidade- Secada mesma com a finalidade de criar condições necessárias de articulação com as demais instituições, tendo como pressuposto o enfrentamento as diversas desigualdades educacional no país. Com a criação dessa secretaria abriu-se caminho para o diálogo entre os movimentos sociais e os outros grupos étnicos envolvidos nessa questão, do mesmo modo surgiu espaço para a articulação de competências e experiências vivenciadas

pelas instituições de ensino e pela prática de organizações sociais tendo em vista a promoção de toda sociedade brasileira. (BRASIL. MEC, 2004)

Desse modo desde a promulgação da Constituição de 1988, o país tem se empenhado para encontrar meios que venham contribuir para efetivação de políticas afirmativas visando corrigir as desigualdades sociais, bem como tornar-se um Estado de direito, com ênfase na promoção à dignidade da população brasileira (brancos, negros índios e demais) e assim transformar a realidade cruel construída e perpassada por várias gerações.

Nesse sentido a educação atua como um dos principais mecanismos de transformação e promoção social de uma população, visto que é por meio da escola democrática, participativa e comprometida com a promoção da dignidade do ser humano, que poderá construir valores que respeite e valorize as diferenças e os fenótipos inatos das etnias. Assim a educação é fundamental no processo de desenvolvimento de qualquer cidadão/cidadã e consequentemente da sociedade em geral, pois a mesma norteia os caminhos para uma sociedade mais justa e igualitária. (BRASIL, Seppir, 2011)

Conforme a LDB (p.498 a 499) as políticas de reparação devem abranger todos os aspectos da população negra: aspectos sociais, econômicos e intelectuais, devem também promover ações afirmativas que contribua para o acesso do negro na sociedade e que usufrua dos mesmos direitos dos outros grupos étnicos, quer seja no mercado de trabalho, no processo educativo, ou na sua vivência cultural, visto que essas políticas abrem caminho para o respeito à diversidade inserindo os afro descendentes na sociedade de forma mais justa, igualitária e participativa, desse modo podendo viver em harmonia com os demais grupos étnicos que fazem parte da formação do Brasil.

No entanto verificamos que mesmo depois de todas as ações afirmativas criadas para integrar o negro de forma mais justa na sociedade, bem como acabar com as práticas racistas no cotidiano escolar, ainda existem vários entraves a serem derrubadas, uma delas é a formação do/a professor/a à luz da Lei 10.639/03, visto que muitos professores (as) afirmam não ter conhecimento da referida lei, mesmo sendo obrigatório a incluir no currículo escolar a história da África e dos afrodescendentes.

Portanto através dessa pesquisa verificamos que ainda não existe a parceria entre as/os professoras/es e demais profissionais da educação da escola, bem como da Secretaria de Educação municipal e o Governo municipal, pois a nosso ver só firmando essa parceria é que as mudanças acontecerão, visto que para promover formação para os professores (as) bem como executar projetos na escola envolve a questão econômica que é de cunho da gestão pública.

Dessa forma é importante que os envolvidos façam parcerias afim de promover um ensino de qualidade aos educandos das diversas etnias, bem como derrubar entraves que impedem a efetivação das ações afirmativas como aponta as diretrizes curriculares nas questões étnico raciais:

O sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, visando a reparações, reconhecimentos e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros brasileiros depende necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para a aprendizagens; em outras palavras, todos os alunos negros e não negros, bem como seus professores, precisam sentir-se valorizados e apoiados. Depende também, de maneira decisiva, da reeducação das relações entre negros e brancos, o que aqui estamos designando como relações étnico raciais. Depende ainda, de trabalho conjunto, de articulação entre processos educativos escolares, políticas públicas, movimentos sociais, visto que as mudanças étnicas, culturais, pedagógicas e políticas nas relações étnico raciais não se limitam à escola. (BRASIL, MEC, 2004, p. 500)

Desse modo sabemos que alguns professores /as trabalham a temática étnico-racial isolada dos demais docentes. Trabalhar essa temática na escola é uma atitude louvável, pois a iniciativa deve partir de alguém para que a mudança venha acontecer, porém não soluciona o problema do racismo na escola, se não há um trabalho coletivo e participativo por parte de todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem da escola, com o objetivo de promover aos/as educandos/as uma educação de qualidade pautada na promoção do/a cidadão (ã) de todas as etnias.

4. CONHECENDO A ATUAÇÃO DO GESTOR E DAS PROFESSORAS NAS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS

Nas suas afirmações identitárias, o gestor escolar auto declarou-se de etnia parda, do sexo masculino e de acordo com o grau de escolaridade declarou-se com Pós Graduação em Gestão Escolar. Segundo o Gestor a escola possui Projeto Político Pedagógico – PPP, e nele está inserido um projeto que contempla as questões Étnicas Raciais. Esse projeto foi elaborado com participação do mesmo e dos professores do turno diurno e segundo o mesmo, o projeto foi denominado: “Negro sou. Mas quem não é ?”

Dos nossos primeiros estranhamentos colocamos a indagação acerca da elaboração do projeto, pois se a escola funciona os três turnos por que só os professores do turno do dia elaborou esse projeto? E por que o turno da noite não engajou-se na elaboração do mesmo ? Por acaso os conflitos raciais existentes não perpassam todos os turno?

Observando os dados colhidos, percebemos que as questões étnicos raciais ainda causam um certo desconforto e comodismo para serem trabalhados na escola. Em nossa percepção as práticas racistas são naturalizadas e sendo assim essas práticas não são vistas como nocivas às relações na escola, e portanto ficam como se não precisassem ser combatidas.

Tais posicionamentos nos fazem refletir sobre a existência da Lei 10.639/03 que já está em vigor há 12 anos e que pouco se fez e tem feito para sua efetivação dentro das salas de aula, pois o agente promotor de tal efetivação nega-se a desenvolver ações positivas porque não veem-se como parte integrante desse processo, ou seja, os professores e os agentes da escola negam-se a reconhecer-se como negro ou descendente de negros por não verem ações positivas e de valorização à esse grupo étnico.

Do mesmo modo aplicamos 01 questionário aos cinco/a professor/aes da escola selecionada. Os mesmos trabalham nos turnos manhã e tarde. A partir das respostas das professoras constatamos que entre cinco/a professor/aas, uma auto declarou-se de cor branca e quatro autodeclarou-se pardas todas do sexo feminino com a faixa etária de 33 a 48 anos. Todas com formação no Ensino Superior Completo e apenas uma compôs graduação em Gestão Escolar. Assim, a escola tem uma equipe que, em termos de titulação deveria estar preparada intelectualmente para atender as necessidades educativas dos seus alunos e entre essas necessidades, a questão étnico-racial torna-se importante pela diversidade existente.

No entanto, de acordo com os dados colhidos, vimos que os professores necessitam de formação nas questões étnico raciais. Estando com domínio dos conhecimentos o / docente

poderá intervir com segurança sempre que surgir algum fato que caracterize racismo. No entanto só intervir não é o suficiente para desmistificar os estereótipos criados no decorrer do tempo. Por isso é fundamental que os professores participem de formação acerca da Lei de 10.639/03 como objetivo de adquirir conhecimentos necessários, para conscientizar os educandos da importância de valorização aos afros descendentes desse modo com o trabalho realizado na escola a criança sintá-se valorizada, respeitada e preparada para se auto conhecer-se como é, descobrindo seu valor assumindo sua história sua cultura em qualquer espaço que ela esteja inserida.

Sabemos que não é um trabalho fácil mas é dever da escola e do/a professor/a preparar criança para torná-la cidadã crítica e conscientes dos seus direitos e deveres. Desse modo é fundamental que seja feita na escola um trabalho conjunto incluindo toda comunidade escolar bem como a participação da família visto que a criança é um produto advindo da família, ou seja, ela reproduz o que vivencia no seio familiar por isso é importante o engajamento da família no projeto da escola conhecendo de perto o trabalho de conscientização e respeito ao negro a fim de desconstruir os conceitos racistas no convívio social.

Para enriquecer esta descrição mostraremos o que colhemos: A professora “A” auto declarou-se de etnia parda, do sexo feminino que leciona o primeiro ano já está em sala de aula há 29 anos e já atuou em diversas escolas do município e atualmente está trabalhando na escola dessa pesquisa. Em seu questionário ela afirma que só estudou essa temática durante a sua Formação, que é em Letras, mas foi apenas em algumas disciplinas e de forma superficial e que acha que o pouco que aprendeu utiliza para interferir nos conflitos étnicos raciais que às vezes surgem em sua sala de aula, pois em sua opinião, existe sim racismo no Brasil e infelizmente em sua sala de aula.

A mesma relatou que já presenciou atitudes racistas por parte dos alunos mesmo em um tom de brincadeiras eles faziam xingamentos que evidenciavam a cor da pele, e os fenótipos de seus colegas tanto em sala de aula como em outros espaços da escola como pátio na hora do lanche e no recreio. Uma atitude racista que presenciou em sua sala de aula foi: “Uma aluna branca que não queria sentar perto de outra criança que era negra e também não pegava em suas mãos durante as brincadeiras de roda.” (PROFESSORA A, 2015)

Quando acontecem esses fatos ela afirma que interfere imediatamente através do diálogo mostrando a forma correta de viver em comunidade respeitando as diferenças e um exemplo dessa intervenção está na sua fala:

Nós conversamos com os alunos mostrando que não é certo agir de forma agressiva ou de maneira depreciativa. Que todos merecem serem respeitados porque nós também temos parentes

negros e não aceitamos que eles sejam desrespeitados pela cor da sua pele. Para combater essa prática realizamos brincadeiras que envolvam essa temática, falamos da importância do negro na construção do país, apresentamos histórias de negros que lutaram e lutam por seus direitos.

Diante desse comentário, vale ressaltar a importância do/a professor/a como mediador na ação contra o racismo, é fundamental que ele não ache essas atitudes normais ao contrário procure combatê-las imediatamente para que a criança entenda que agiu de forma errada e conseqüentemente vá transformando seu modo de agir, quer seja na sala de aula, em outros espaços da escola ou na rua. Sabermos que a criança aprende a ser e ter atitudes racistas através do meio social em que vive ao observar as ações e atitudes de seus pares. Assim, promover ações e atividades pedagógicas é o melhor caminho para desconstruir a visão estereotipada que vem sendo reproduzida desde muitos anos.

A professora “B” auto declarou-se de etnia parda, do sexo feminino que leciona o segundo ano afirmou que está em sala de aula há seis anos e atualmente trabalha nessa escola municipal. A mesma mencionou já ter estudado a temática étnico racial em sua graduação que é Pedagogia. Ao ser interrogada sobre a existência do racismo, emitiu a opinião de que existe racismo no Brasil sim e infelizmente em sua sala de aula.

No entanto ela nunca participou de nenhuma formação acerca da Lei 10.639/03 e por esse motivo ela não tem conhecimento da mesma. Assim, a mesma respondeu que já vivenciou conflitos étnicos em sua sala de aula que varia entre xingamentos e agressões às crianças negras.

Entretanto nunca vivenciou conflitos dessa natureza fora da sala de aula. Quando acontecem esses conflitos ela interfere explicando a importância do respeito mútuo: “A minha atitude é explicar que não é a cor da pele, tipos de cabelos, condição financeira, estrutura física, entre outros que nos fazem diferentes de alguém. Somos todos iguais, cidadãos e precisamos respeitar para sermos respeitados”. (PROFESSORA B)

A professora “C” auto declarou-se de etnia branca, do sexo feminino ministra suas aulas no quinto ano e afirmou que já exerce a função há dezoito anos e que já trabalhou em diversas escolas do município. Tem Pós Graduação em Gestão Escolar e por possuir essa competência já dirigiu essa mesma escola há alguns anos atrás. Trabalha como/a professor/aa nessa escola há três anos e em sua formação nunca estudou a temática étnico-racial. No entanto, tem conhecimento da Lei 10.639/03.

Em sua opinião existe sim racismo no Brasil e também em sua sala de aula. Na relação/a professor/a/aluno já vivenciou algumas atitudes racistas por parte de alguns alunos e de colegas professores. Em minha sala de aula houve um momento em que uma criança

agrediu verbalmente um colega o chamando de “preto” tentando torná-lo inferior. Isso não foi bacana.

Em outro espaço da escola também vivenciei outra situação quando era gestora dessa escola em que caracterizou-se racismo. O fato ocorreu na semana da Pátria na preparação do desfile cívico do município e nesta a sugestão demonstradora da concepção eurocêntrica de um docente afirmada no quesito beleza: “Em uma reunião na secretaria da escola para organizar o desfile um professor sugeriu que todos os destaques fossem crianças brancas com cabelos lisos segundo ele para o penteado ficar bonito.”(PROFESSORA C)

A professora afirmou que nesse momento houve um conflito entre eles, pois na escola trabalhava professoras negras, suas filhas eram negras e estudavam na escola e conseqüentemente também mereciam sair no destaque da escola. A professora interferiu com diálogo mostrando que todas as pessoas possuem belezas independentes da cor de sua pele e as crianças negras e não negras deveriam sair no desfile sim como destaques assim elas e os pais quisessem.

A professora “D” autodeclarou-se de etnia parda, do sexo feminino autodeclarou-se parda tem 48 anos e exerce a função há 23 anos e leciona o terceiro ano e possui ensino superior completo em Pedagogia. Ela afirmou ter estudado a temática étnico- racial durante a sua graduação. Na opinião da mesma existe racismo no Brasil. Entretanto, na sua escola e na sala de aula não existe. Sobre o conhecimento da Lei 10.639/03 a professora diz ter estudado sobre o assunto nos textos de Denise Botelho que fala da obrigatoriedade dessa Lei em sala de aula e no âmbito escolar.

Já trabalhei em várias escolas, porém nessa não presenciei nenhuma forma de racismo. Existe muito respeito e igualdade por parte de todos os funcionários independentemente de cor, raça e religião. Todos os temas dentro e fora da escola são abordados com democracia. (PROFESSORA D)

De acordo com a resposta da professora, o racismo está ausente da escola e conseqüentemente da sala de aula. As vezes quando se trata de pesquisar as questões étnicos raciais o/a professor/a ou gestor nem sempre retrata a realidade da escola e da sala de aula, a fim, de passar uma imagem positiva de que tudo está muito bem. Porém, pudemos observar nas entrelinhas que a realidade é bem diferente.

A professora E, autodeclarou-se de etnia parda, do sexo feminino, leciona o quinto ano e disse que já está em sala de aula há 14 anos, ela afirma já te estudada a temática étnico racial em seu curso de graduação que foi Pedagogia”, todavia , ressaltou que nada muito

aprofundado. Em sua opinião existe sim racismo no Brasil e complementou que a mídia acaba reforçando essa prática quando prioriza as pessoas não negras nos programas e novelas.

Em relação ao racismo na escola ela afirma não ter presenciado nenhuma atitude racista por parte das crianças ou de qualquer funcionário que compõe a comunidade escolar, ou seja, a professora afirma não existir racismo na escola onde trabalha e afirmou ter conhecimento da Lei 10639/03, pontuando já ter participado de algumas palestras e formações continuada acerca desta lei.

Diante das afirmações da professora observamos que muitas/os professoras/es ainda são insensíveis as atitudes racista dentro da sala de aula ou em outros espaços da escola eles mascaram esses atos muitas vezes fingem que esta tudo bem ou seja, é mais fácil continuar como estar do que romper barreiras contra essa cultura racista.

Ainda nos falta avançar muito para compreendermos que o fato de sermos diferentes uns dos outros é o que nos aproxima e o que nos torna mais iguais. Sendo assim, a prática pedagógica deve considerar a diversidade de classe, de sexo, idade, raça, cultura, crença etc. presente na vida escolar e pensar (e repensar) o currículo e os conteúdos escolares a partir dessa realidade tão diversa. A construção de práticas democráticas e não preconceituosas implica o reconhecimento do direito à diferença, e isso inclui as diferenças raciais. Aí, sim, estaremos articulando Educação, Cidadania e Raça (GOMES, 2001, p. 87)

Por tanto é através da Educação que será desconstruído os conceitos racistas e construídos valores positivos em relação a pessoa do negro no Brasil e em todo o mundo. Assim é um desafio para o/a professor/a trabalhar as questões étnico raciais na escola, visto que a criança já traz consigo um discurso racista construído através do meio no qual ela é inserida, muitas vezes pela própria família, pelos amigos ou por pessoas que ela convive socialmente, no entanto é dever da escola informar as crianças a importância do respeito aos outros, para que todos possam viver em harmonia na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas as reflexões presentes levam-nos a compreender a importância de trabalhar as questões étnico-raciais nas escolas pública ou privada, e o/a professor/a(a) é a figura principal desse processo, visto que ele/a convive diretamente com a criança na sala de aula e consequentemente em todo âmbito escolar. Dessa forma é necessário que o/a mesmo/a tenha o conhecimento adequado para trabalhar essa temática. Nesse sentido é de grande importância que as Secretarias de Educação Municipal ofereçam cursos de formação continuada acerca da Lei 10.639/03 que trata sobre as questões étnico-raciais as/aos professores(as), visto que a lei já foi sancionada há 12 anos e é para ser cumprida e não ignorada.

É importante salientar que em pleno século XXI com a Lei 10.639/03 em vigor ainda existem tantas barreiras que impedem que as políticas afirmativas se concretizem de fato na escola, políticas essas que contribuirão para que a população negra venha ter uma melhor qualidade de vida social, bem como o direito a resgatar, aprender e vivenciar sua cultura, seus costumes sua crença suas religiões e outros, ou seja construir sua identidade étnica, do mesmo modo combater o racismo tão presente no universo escolar. Também é fundamental que a população não negra conheça a história da população negra que também é sua e assim aprenderá a conviver de forma respeitosa com diferentes grupos humanos.

Sabemos que o ser humano no que diz respeito ao conhecimento é um ser incompleto, ou seja, está em constante processo de construção em sua aprendizagem, sempre há necessidade de adquirir conhecimentos sobre algo, desse modo mesmo que a população negra tenha ingressado na escola de forma tardia essas desigualdades sociais podem ser corrigidas no decorrer do tempo e é a partir de ações afirmativas que essas disparidades chegarão ao fim.

Desse modo é fundamental que as questões étnico-raciais sejam conteúdos no currículo da escola e trabalhadas durante todo ano letivo, não apenas nas datas comemorativas como acontece com frequência em algumas escolas públicas e privadas, e o pior é que essas questões são trabalhadas de forma distorcida contrariando o que propõe a legislação brasileira, que afirma categoricamente que as escolas pública e privada devem trabalhar a história da África e dos afrodescendentes durante todo ano letivo.

No entanto observamos que as escolas em sua maioria trabalham as questões étnicas de forma fragmentada, e, no caso das etnias indígenas, quando querem homenagear o índio no dia 19 do mês de abril, fantasiam as crianças de índio embasadas numa visão do passado como se o índio na contemporaneidade ainda se apresentasse dessa forma, do mesmo modo é com o negro no 20 de novembro, dia da Consciência Negra. Neste dia, algumas escolas

fantasiam as crianças de escravos tiram fotos e acham que estão trabalhando a temática étnico-racial, no entanto eles só estão reforçando o racismo na escola, visto que a criança negra ao perceberem que fazem parte dessa história, jamais irão assumir sua identidade étnica, pois quem quer ser visto com uma classe inferior?

Temos a plena convicção de que o paradigma socioeconômico em que vivemos exclui a população afrodescendente, nesse sentido é dever da escola de modo especial a escola pública, por haver uma maior concentração de estudantes negros, incluir trabalhar conteúdos afro-braileiros em seu currículo como propõe a Lei 10.639/03. Assim a escola estará respeitando os direitos culturais e sociais do povo negro, bem como dando oportunidade dos mesmos conviverem em harmonia como cidadãos (ã)de direitos iguais na sociedade.

Porém, até hoje a escola não se deu conta da importância do reconhecimento às diferenças culturais presentes na sociedade brasileira, pois prioriza a cultura de um grupo étnico (não negro) e acaba de alguma forma excluindo outra (negro) deixando de lado toda vivência e história de um povo. Assim, é fundamental que essa cultura seja respeitada e resgatada como um patrimônio histórico e cultural pertencente a esse grupo étnico. Dessa forma despertará o interesse do aluno em conhecer sua história e a história de seus ancestrais, contribuindo para o auto reconhecimento de sua identidade étnica.

A partir desta pesquisa pude perceber como a escola e o processo de ensino aprendizagem da mesma, ainda encontram-se tão frágeis para efetivar a Lei 10.639/03, bem como intervir positivamente quando ocorrer algumas ações racistas na escola, visto que ainda não foi oferecida quaisquer formação as professoras e ao gestor acerca da mencionada lei, tampouco foi firmada parceria por parte da Secretaria de Educação Municipal, um ato importante para que o gestor público e todos os profissionais da educação que trabalham nessa escola desenvolvam um ensino voltado ao respeito á diversidade cultural, bem como a inclusão das questões étnico raciais no currículo da escola, para ser trabalhado durante todo ano letivo.

Observei também através das respostas das professoras que algumas ainda são insensíveis na questão do racismo na escola, pois as mesmas não percebem as atitudes racistas por parte das/os alunas/os e de algumas/ns funcionários da escola, visto que a maior parte das professoras responderam que existe sim racismo na escola. No entanto, a minoria afirmou não existir, e, perguntamos, se não reconhecem as ações racistas dentro da escola quer seja na sala de aula ou em qualquer outro espaço da escola como irão intervir? Assim voltamos a chamar atenção sobre a importância da formação do/a professor/a segundo as recomendações da Lei 10.639/03.

Enfim todo processo de construção dessa pesquisa abriu espaço para a reflexão sobre a escola que temos e a escola que queremos ter e para fortalecer a interrogação sobre até quando as crianças negras terão seus direitos desrespeitados? Até quando sua história será esquecida e desvalorizada, sobretudo pela escola que deveria promover um ensino voltado a promoção do respeito e da dignidade de todos os/as educandos/as, de modo especial os afrodescendentes por ter durante tanto tempo seus direitos negados.

REFERENCIAS

ANTUNES, Celso. **Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências**. Petrópolis:Vozes, 2012

BRASIL.Conselho Nacional De Educação. Resolução CNE/CEB nº 1. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1.pdf> Acesso em: 29 de agosto de 2015

BRASIL. Constituição (1988). Constituição: República Federativa Do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei 9394/96. **Estabelece diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm Acesso em:24 de setembro de 2015

BRASIL. MEC. Programa Ética e Cidadania : construindo valores na escola e na sociedade : relações étnico-raciais e de gênero. Brasília:MEC/Secretaria de Educação Básica, 2007

_____. Diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnicorracial e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana. Brasília: MEC, 2004

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual/** Secretaria de educação fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997, 164p.

BRASIL. SEPPPIR. **Racismo como determinante de saúde**. Brasília: SEPPPIR, 2011

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf Acesso em:28 de agosto de 2015

GOMES, Nilma Lino. A contribuição dos negros para o pensamento educacional brasileiro. In: SILVA, P. B. G; BARBOSA, L. M. G. A. de (orgs). **O pensamento negro em educação no Brasil**:expressões do movimento negro. São Carlos: Ufscar, 1997

_____. Diversidade cultural, currículo e questão racial: desafios para a prática pedagógica: Educação como prática da diferença. In: ABRAMOWICK, Anete, BARBOSA, Lucia Maria de Assunção, SILVÉRIO, Valter Roberto (orgs). Campinas:Autores Associados, 2006

_____. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In:CAVALLEIRO, Eliane (org). **Racismo e anti racismo na educação**: repensando nossa escola.São Paulo: Selo Negro edições, 2001.

HELLER, Agnes. Sobre os preconceitos. In: _____. **O cotidiano e a história**. Trad. Nelson Coutinho e Leandro Konder: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.p. 43-63.

LOBATO, Monteiro. **Viagem ao Céu**. Tia Nastácia. 33ed. São Paulo:Brasiliense, p.30

_____. **As Caçadas de Pedrinho**. São Paulo: Globo, 1933, p 26a39. Disponível em: <http://rede.novaescolaclub.org.br/planos-de-aula/representação-do-negro-em-ccacadas-de-pedrinho-de-monteiro-lobato>. Acesso em 12/09/2015

MARQUES, Cristina ; BELLI, Roberto . **O mundo Encantado das Princesas: Branca de Neve**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

MARTINS, Roseli Figueredo; MUNHOZ Maria Letícia Puglisi. **Professora, Eu não quero brincar com aquela negrinha**. São Paulo: Ministério da Educação, 2007 (Coleção Percepções da Diferença. Negros e Brancos na Escola).

MOREIRA, Diva. Escola Inclusão para os afro brasileiros, **Revista Gestão em Rede DF**,n. 50, p. 21-23, dezembro, 2005.

MUNANGA, Kabenge (org.) **Superando o racismo na escola**. 2ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SANT'ANA Antônio Oliveira de. História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados.In: MUNANGA Kabengele. **Superando o Racismo na escola**. 2 ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005, 204p.:il.

SOUZA, Irene Sales. Trabalhando com o preconceito e a discriminação na sala de aula. In: SILVA,Divino José da Silva, LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra (Orgs.).**Valores, preconceito e práticas educativas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

TRINDADE, AzoíldaLoreto da. **O racismo no cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Instituto de Estudos Avançados em Educação, 1994.

_____. Humilhação, encorajamento e construção da personalidade. In: TRINDADE, Azoilda Loreto (org). **Africanidades brasileiras e educação [livro eletrônico]** : Salto para o Futuro .Rio de Janeiro : ACERP ; Brasília : TV Escola, 2013.

_____. Tin Do Lê Lê: brinquedos, brincadeiras e a Criança Afro brasileira (uma reflexão). Repertório afro brasileiro. In: **Programa 4 Áfricas e afro-brasileiros nos brinquedos e brincadeiras**. Disponível em: http://www.forumeja.org.br/er/files/Programa%204_1.pdf Acesso em 31 de outubro de 2015

VERÇOSA, Alzenite de Araújo. **Racismo na escola: o silêncio fala mais alto**. Ouro Preto, 2012. Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação para a Diversidade da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista em Gestão de Políticas Públicas. Disponível

em:<http://www.amde.ufop.br/tccs/Xapuri/Xapuri%20-%20Alzenite%20Vercosa.pdf>. Acesso em: 8/08/20015

LIVROS INFANTIS

GOMES, Lino Nilma. **Betina**. Ilustrado por Denise Nascimento. Belo Horizonte; Mazza Edições, 2009.

CONWAY, David. **Lila e o Segredo da chuva**. Ilustração Jude Daly; Tradução de Marcelo Jordão. São Paulo: Biruta, 2010.

ROSA, Sonia. **O Menino Nito: então, homem chora ou não?** Sonia Rosa; ilustração Victor Tavares 4 ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2008.

SUNNY. Ulomma. **A Casa da Beleza e outros contos**. Sunny; [ilustrações Denise Nascimento. São Paulo: Paulinas, 2006.

APÊNDICE

Lei 10.639/03



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.

[Mensagem de veto](#)

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

["Art. 26-A.](#) Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

["Art. 79-A.](#) (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 10.1.2003

Modelo de Questionário-Gestão

ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

1. Prezado Sr., estamos realizando uma pesquisa para a finalização do Curso de Especialização na Uepb e para tanto contamos com a sua colaboração.

QUESTIONÁRIO

DADOS DA DIREÇÃO:

Cargo: _____

Formação escolar: _____

Identidade étnica : Preto ___ Pardo ___ Branco ___ Amarelo ___ Indígena
___ Outros _____

Sexo: _____

QUESTÕES:

1- Quantos estudantes têm na escola?

2- Qual é a faixa etária dos estudantes ?

3- O Sr. tem a quantidade de estudantes negros e não-negros desta escola?

4-Quais são as séries /anos oferecidos nesta escola?

5- Esta escola tem Projeto Pedagógico?

6- O Projeto Pedagógico da escola contempla a temática étnico-racial?

7- O sr. está inserido em algum projeto que aborde as questões étnico-raciais? Qual(is)?

Modelo de Questionário-Docentes

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA A COR DA CULTURA
ALUNA:

DATA: _____

ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Prezado Sr.(a), estamos realizando uma pesquisa para a finalização do Curso de Especialização na Uepb e para tanto contamos com a sua colaboração.

QUESTIONÁRIO

DADOS DAS/OS PROFESSORES

Identidade étnica : Preto ___ Pardo ___ Branco ___ Amarelo ___ Indígena
___ Outros _____

Sexo: _____

Idade: _____

Formação: _____

1- Qual é ano/série que você leciona?

2- Há quanto tempo você exerce a docência?

3- No seu processo de formação você estudou sobre a temática étnico-racial?

4 – Na sua opinião existe racismo no Brasil?

5- Na sua opinião existe racismo nesta escola?

6- Você tem conhecimento da Lei 10.639/03?

7- Você já participou de alguma formação acerca da lei 10.639/03? Qual?

8- Na sua sala de aula , na relação com professor e aluno, alunos e alunos , você já vivenciou algum conflito racial ?

9- Você já vivenciou algum conflito racial em algum espaço da escola , tirando a sua sala de aula?

10- Nas situações de conflitos raciais, quais foram as atitudes tomadas?